

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO NO 14º. ANDAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336 - BELO HORIZONTE.

Aos sete dias do mês de março de mil, novecentos e noventa e seis, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Jader Campomizzi dá início à plenária ordinária do Conselho Municipal de Saúde às 14:45 horas com horário previsto de término para 18:30 horas. Com a pauta extensa e importante e enquanto se completa o quorum damos início à fase de informes e às 15 horas, pontualmente, iniciaremos com a pauta de discussão de plenária. A pauta para a plenária de hoje é: informes, votação da ata da reunião do dia 1º. de fevereiro, um debate sobre a Escola de Saúde de Minas Gerais e suas relações com o SUS de Belo Horizonte, discussão e votação sobre o PRO-SUS, que é o Programa de Incentivo ao Desempenho proposto pela Secretaria Municipal de Saúde, discussão e votação do parecer da Câmara Técnica de Financiamento sobre a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao período de agosto a outubro de 1995, votação do Relatório de Gestão e por último, debate e informes sobre a V Conferência Municipal de Saúde prevista para esse ano. A plenária é aberta com os informes, da Mesa Diretora: 1º. - nós solicitamos à Comissão de Saúde da Câmara dos Vereadores, uma audiência na qual nós pudéssemos debater com os vereadores, através dessa Comissão de Saúde, apresentando a Conferência Municipal de Saúde, as Conferências Distritais, debates preparatórios e, ao mesmo tempo, estreitar o nosso relacionamento na medida em que, pela lei atual que cria o Conselho Municipal de Saúde, a Câmara Municipal participa e é membro do Conselho Municipal de Saúde. Para aprimoramento da democracia é importante que essas duas instituições trabalhem com harmonia, respeitando suas diferenças, as suas respectivas autonomias. Essa reunião, foi marcada para o dia 13 de março às 14:30 horas. Estão convidados os membros da Mesa Diretora do Conselho, membros da Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Saúde, mas gostaríamos de ampliar esta participação com conselheiros eleitos em plenário. Os que se dispuserem, se manifestem: Orivaldo, João Athaíde, José da Costa, Warlene e Evaristo Garcia. 2º. Informe diz respeito a uma discussão que travamos na última reunião da Mesa, quinta-feira passada, na qual nós, em função de alguns debates públicos que estão sendo travados na imprensa sobre o Fundo Municipal de Saúde, debate este em que os vereadores vieram à imprensa propor a utilização do Fundo para pagamento de gatilho, o Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Patrus Ananias soltou uma nota de esclarecimento na qual ele afirma que irá apresentar ao Conselho Municipal de Saúde uma proposta

relativa ao Fundo Municipal de Saúde. Houve posicionamento da Secretária Municipal de Educação, Glauro, e o Conselho recebeu solicitação de uma série de entidades, de associações ligadas aos hospitais privados, de associações ligadas aos usuários da região de Venda Nova, nas quais pede-se a discussão desse assunto. Portanto, trazemos à plenária uma proposta de fazermos uma reunião extraordinária na próxima quinta-feira na qual abriríamos espaço para toda a sociedade civil organizada representada no Conselho e outras possam trazer suas propostas em relação a este tema, a este debate. Nós achamos importante que o Conselho Municipal de Saúde assuma a dianteira nesta discussão e que possamos esclarecer definitivamente esta questão. No próximo dia 14, às 14:30 horas aqui neste plenário. O conselheiro Garcia sugere convidar o Prefeito de Belo Horizonte, o Secretário Municipal de Planejamento, o Secretário da Fazenda e até a Secretária de Educação. Sugestão acatada pela Mesa Diretora. A reunião extraordinária foi aprovada por consenso e o Secretário Geral, Jader, solicita o empenho do Conselho para que haja quorum na reunião. 3º. Informe: o Presidente do Conselho, César Campos, recebeu um comunicado da Associação dos Hospitais de Minas Gerais na qual diz: leu o comunicado. 4º. Informe: a conselheira Warlene, na última reunião de Câmara Técnica de Recursos Humanos recebemos a visita do pessoal da Central de Internação, o pessoal terceirizado, colocando a seguinte denúncia: questão de mudança das empresas que são licitadas para a terceirização, o salário de algumas categorias foi rebaixado. O pessoal apresentou para a Câmara Técnica uma nova planilha de custo e o contrato com a VASP termina no dia 22/03 e começa então a da Concreta, assessoria empresarial. Possivelmente todo o grupo de supervisores que tinham um salário de 500 reais vão passar para 368,53 reais. Eles, então vão deixar o trabalho da Central de Internação. estão vivendo um problema muito sério e eles não têm Sindicato que os defenda, uma vez que o Sindicato ao qual eles se encontram, pertence ao Sindicato das Conservadoras, que é o Sindicato de Apoio que não representa a categoria deles e solicita ao Conselho Municipal de Saúde o que pode ser feito. Eles tiveram primeiro contrato com a ENCOM e para receber o que lhes era devido tiveram que ir à justiça e mesmo assim, sob ameaça da ENCOM que disse que se eles ganhassem a licitação na prefeitura novamente não contrataria nenhum deles, por que estavam indo à justiça contra ela, todos seriam demitidos. O contrato com a VASP termina e agora vem uma 3ª. empresa e eles se sentem completamente inseguros. Gostaríamos que o assunto fosse pautado para uma próxima reunião. A Câmara Técnica tem discutido essa questão da terceirização e até solicitou uma reunião com o Dr. Helvécio e Dra. Lucimar para verificar as planilhas de custo destes terceirizados e nós não tivemos acesso, ainda a estas planilhas, gostaríamos de pautar o assunto para uma reunião do Conselho. Jader diz que a Câmara Técnica deve encaminhar a solicitação à Mesa Diretora, lembrando que a agenda para as pautas do Conselho Municipal de Saúde encontra-se inteiramente

repleta. 5°. Informe: o conselheiro Roberto Chateaubriand queria registrar o início, nesta semana, do 1°. curso de capacitação em DST/AIDS para os servidores municipais de saúde da regional Norte, Venda Nova e Pampulha, objetivando sensibilizar os profissionais para que possam atender, acolhendo e encaminhando de forma correta. Gasta-se muito dinheiro em um treinamento como este, numa iniciativa muito louvável para simplesmente cadastrar funcionários treinados. Temos que pensar em estratégias para que a Secretaria Municipal de Saúde possa implementar e dar continuidade ao processo. Não adianta treinar profissionais na ponta, para trabalhar na prevenção e sensibilização da comunidade sem que haja retaguarda da Secretaria, principalmente, se levarmos em consideração que este curso tem como contrapartida da prefeitura a liberação dos funcionários, ou seja, ele está saindo praticamente de graça para a Secretaria Municipal de Saúde e para a Secretaria de Desenvolvimento Social. Precisamos estar atentos, cobrando a continuidade deste trabalho porque não adianta depois falar que temos funcionários treinados sem que não haja espaço, que a grande reivindicação que estes profissionais fazem à Escola de Saúde. 6°. Informe: o conselheiro João Athaide registrou em nome da Comissão Local de Saúde da Região da Califórnia denúncia sobre o médico clínico geral que foi transferido e não foi substituído. O clínico geral que está atendendo é provisório, não está lotado no Conjunto Califórnia. De maior gravidade foi o que aconteceu agora porque a única ginecologista que tínhamos trocou com outra que trabalhou 3 dias e pediu demissão. Entendemos ser o problema de maior gravidade porque se a ginecologista que trocou o local de trabalho já tinha expectativa de pedir demissão, ela está prejudicando uma região carente da Califórnia que atende centenas de gestantes. Portanto, gostaria que o Conselho tomasse providências, uma vez que na minha opinião está colocado aí uma questão da própria ética médica e não podemos deixar isto acontecer pois estamos lutando pelo SUS. O outro informe é sobre a posse da nova diretoria da Associação dos Moradores do Conjunto Califórnia e na qualidade de membro dessa nova diretoria eleita convido todo o conselho para participar às 19:30 horas no salão da Igreja do Conjunto Califórnia I. 7°. Informe: o conselheiro Geraldo, em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer a participação dos conselheiros na manifestação em favor do Pronto Socorro de Venda Nova e, lamentar o seguinte: para receber o pessoal da passeata, a Secretaria Estadual de Saúde arrumou dois funcionários para receber as pessoas. Foi um fiasco. Esses funcionários ficaram lá só três dias. A obra já está parada novamente. Portanto, divulgamos para a imprensa que aquilo era um fiasco, era só para receber os manifestantes, era para mascarar a participação efetiva da população na cobrança do Pronto Socorro de Venda Nova. Foi divulgado na imprensa que existe uma verba de 820 mil reais para a retomada de obra e aguardando uma obra que está sendo discutida em Brasília em torno de 10 milhões de reais, palavra de um vereador da região. Isto é

mentira e estou propondo à Mesa Diretora que faça um documento à imprensa para desmascarar esta gente porque o que estão fazendo com a gente é palhaçada. Colocamos o pessoal na rua, trabalha, vai lá e eles falam que para todos os efeitos está sendo feito e quando na realidade estão tapeando a população, estão mentindo. Portanto, proponho à Mesa que elabore um documento de repúdio a atitude da Secretaria Estadual de Saúde, do pessoal do DEOP, pessoal que é responsável pela obra. Como está não pode ficar. Jader solicita encaminhamento por escrito. 8º. Informe: a conselheira Magali, não é um informe, mas uma denúncia, me sinto constrangida, entendo que vivemos uma era de sacrifícios, entendo que as coisas não caminham muito bem, que o governo federal não repassa verbas, o governo estadual também, mas infelizmente sou obrigada a denunciar. Não sei se faço como paciente ou como conselheira. O problema é o seguinte, estou desde o mês de novembro tratando no Hospital Odilon Behrens uma cirurgia de mão. Esta cirurgia vem sendo adiada consecutivamente porque o tal de torniquete está quebrado. Dia 29/02 foi marcada novamente a cirurgia, nós ficamos no bloco cirúrgico de 6:30 horas da manhã às 12:30 horas quando a médica chegou e disse que infelizmente o aparelho está quebrado e não tem condição de consertar. A cirurgia está adiada. Conversando com a Dra. Ilze, a mesma diz não estar agüentando a situação. Isto traz transtorno porque ela é obrigada a ficar no hospital, o bloco cirúrgico está aí, os pacientes estão aqui, eu tenho que ficar e não tenho aparelho. Ontem fui para tornar a marcar a cirurgia e o aparelho continua quebrado. Conversando com uma funcionária a mesma disse que este problema tem sido motivo de discussões muito sérias entre o Dr. Ivan e a Dra. Ilse e o que senti é a que a Dra. Ilse está ficando desgastada com a situação. Ocorre que a Dra. Ilse é uma das poucas especialistas de mão em Belo Horizonte, se não me engano só tem 2 ou 3 especialistas. Atendendo pelo SUS é só a Dra., Ilse e lá no Hospital Odilon Behrens. Entendo que está havendo uma falta de respeito, e ainda, o torniquete do HOB não é de lá, é emprestado. Se o diretor do HOB sabe que a médica necessita do aparelho, se marca a cirurgia, porque até hoje o hospital não providenciou a compra do aparelho. Gostaria que o Conselho contatasse o Dr. Ivan, que ele desse uma explicação sobre o problema. Daqui a pouco a única profissional que temos para atender a população carente vai sair do HOB por não agüentar a situação. Jader solicita à conselheira encaminhar por escrito a denúncia à Mesa Diretora. O contato com o Dr. Ivan será feito imediatamente. 9º. Informe: João Augusto da Comissão Local de saúde do Aarão Reis. Em primeiro lugar agradece ao trabalho desse Conselho em relação ao retorno do dentista ao Centro de Saúde do Aarão Reis. Em segundo lugar, gostaria de dizer sobre a construção do Centro de Saúde, aprovado há um ano atrás e até hoje não ocorreu. sabe-se da importância desse Centro de Saúde para a região e espera que este Conselho cobre às autoridades essa construção. Jader diz que a Mesa Diretora encaminhará a solicitação à Secretaria Municipal de Saúde. Início da

discussão dos itens de pauta: - Votação da ata da reunião ordinária do dia 01/02/96, aprovada; - Debate sobre a ESMIG, Jader relembra a Moção aprovada anteriormente pelo Conselho na qual colocava a preocupação em relação às perdas de docentes contratados pela ESMIG. Esta moção foi encaminhada à FUNED e imediatamente o Dr. Roberto Porto Fonseca solicitou a oportunidade de esclarecer os fatos ocorridos. Jader, enquanto Secretário Geral do Conselho, visitou as instalações da FUNED à convite da sua direção. A Mesa Diretora, então resolveu pautar uma discussão sobre a FUNED e para tanto, passam a compor a Mesa o Dr. Roberto Porto Fonseca, superintendente da FUNED, Mariana Tavares, ex-diretora da ESMIG e Dra. Eunice Godoy. Dr. Roberto agradece ao convite do Conselho e coloca que a moção encaminhada à FUNED pelo Conselho Municipal de Saúde deveria ter sido encaminhada após a superintendência ter sido ouvida. Apresenta uma visão do trabalho da FUNED em 1995 com pequenas comparações com o ano de 1994, informações sobre a Fundação, seu potencial e capacidade de promover a saúde em vários níveis, prestando há 89 anos serviços inestimáveis à população de Belo Horizonte e Estado de Minas Gerais. Apresenta o organograma da FUNED expondo a função de cada órgão/instituição, n.º. de funcionários, organização do trabalho, informatização, convênios, Plano Diretor, programa de capacitação de recursos humanos, custeio, geração de recursos próprios, aquisição de suprimentos, produção de medicamentos e soros, pesquisas e produção científica, coordenação da rede de laboratórios de saúde pública, contratação de pessoal (concurso público), dificuldades em relação à falta de recursos, entraves administrativos e designação de professores na ESMIG, realização de auditoria externa na área de recursos humanos, reuniões com funcionários para discussão dos resultados da auditoria, dos pareceres jurídicas e do Tribunal de Contas. Baseando-se nos pareceres e na necessidade obrigatória de 20 % da folha de pagamento a Diretoria se reuniu com a ESMIG e tomou-se a seguinte decisão: redução dos custos ajustando e corrigindo as irregularidades. Isto propicia cortar, demitir funcionários da FUNED, mantém-se o quadro com perspectiva de aumento do mesmo através de concurso público. Com todo o respeito aos colegas de trabalho (50 servidores) não é ético nem legal manter o “status quo” anterior que era ilegal. É uma realidade a existência de mecanismos legais para aumentar salário do pessoal como um todo: inclusive os que estão em disponibilidade e, ainda, todos foram convidados a permanecer na ESMIG. Há preocupação com o crescimento da FUNED, preservação do emprego do servidor, assim como, com a sua valorização e melhoria das condições de trabalho dos servidores. Dra. Mariana, em 1.º. lugar gostaria de colocar a enorme honra de ter sido diretora da ESMIG por duas vezes, uma vez que a ESMIG nasceu da infeliz influência de duas políticas sociais: a política de saúde e a política de educação. São duas áreas que, na maioria das vezes não são prioritárias para os nossos governos. Apesar do desprestígio das despriorizações

absolutas da sua função em alguns momentos da sua história, sempre que foi chamada a responder aos desafios da formação dos quadros para o sistema público de saúde a ESMIG soube responder bem. A produção e o projeto da ESMIG está documentada e arquivada à disposição de todos. Coloca sobre diferenças de interesses e conflitos que podem existir sem que o trabalho seja prejudicado. O que dá a base a essas diferenças de interesses, o que une os gestores numa determinada mesa de colegiado de direção é o elo da confiança. Todos que ocupam cargos de direção e de superintendência ou cargos comissionados não direcionados pela questão da confiança mútua. Esse é um ponto fundamental para que, apesar da diferença de interesses, da arena de disputas e de conflito se consiga ter um projeto concreto para o governo do Estado. A ESMIG tinha um projeto claramente colocado, tendo como princípio básico a consolidação do SUS em Minas Gerais. A ESMIG se caracteriza como a instituição fornecedora de recursos humanos para o Sistema Público de Saúde. Essa é a principal diretriz. Nesse projeto se inclui a questão de um SUS forte, a equidade, da universalidade do direito à saúde. A ESMIG traduz esses princípios constitucionais nas suas ações de formação e qualificação com um esforço enorme pois, é uma instituição pequena, frágil e nós tentamos responder a estes desafios porque somos a escola de saúde de Minas Gerais. É um projeto democrático, público e de fortalecimento das estruturas públicas, como por exemplo, o controle social, a sociedade acompanhar os rumos que as instituições públicas dão ao setor. Essa iniciativa, pela qual parabeniza o Conselho Municipal de Saúde faz lembrar que o 1º. curso de formação de conselheiros municipais de saúde a acontecer no Brasil foi realizado pela ESMIG para o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Dessa iniciativa resultaram diversos outros no Estado e gerou o 1º. Encontro Estadual de Conselheiros de Saúde com a assessoria da ESMIG que, também foi convidada e participou do 1º. Encontro Nacional de Conselheiros de Saúde. É por ver o Conselho exercendo com afinco seu papel que reforça para a equipe que participou deste programa a importância desse projeto democrático de saúde pública. Esclarece que toda instituição, pública ou privada precisa de gente, de dinheiro e decisão política. A ESMIG precisa de gente, de dinheiro e de decisão política. No entanto, há uma pergunta fundamental: Para que? Para que gente, para que dinheiro e para que decisão política, para que o que? A ESMIG ao convidar as pessoas que estavam colocadas à disposição, com a anuência do superintendente e, ao designar estes professores, consciente da sua necessidade de gente, convidou essas pessoas, captou recursos e tinha decisão política para esse projeto de saúde pública de qualificação de quadros para a saúde. Enfim, gente há, dinheiro há, decisão política há. Um determinado projeto de Escola de Saúde Pública é que não se viabilizou. Não se viabilizou, não pelas questões jurídicas citadas pelo superintendente da FUNED, não se viabilizou por questões políticas. Desde o início ficou muito claro que se tratava de uma questão da

política do governo e não de uma questão de interpretação, que não são leis, dos componentes infra-constitucionais. Portanto, um determinado projeto da Escola de Saúde Pública não se viabilizou, não por problemas jurídicos, até porque de cada um desses problemas apontados existe uma solução. A saída dos docentes da ESMIG faz com que alguns projetos prioritários se vejam subitamente sem nenhuma possibilidade de serem levados a cabo. Professora Eunice Godoy: convidada a assumir a direção da ESMIG tendo em vista seu passado em direção anterior. Hoje a ESMIG tenta viabilizar o retorno desses servidores que levavam à frente os projetos da escola e ao mesmo tempo tentando incluir os demais professores nos mesmos. Os projetos prioritários respondem a demandas e a ética da Escola não permite que não se responda a essas demandas. Debate: Geraldo Magno pergunta ao Dr. Roberto: foi apresentado os dois pareceres, do Tribunal de Contas e da Procuradoria. O do Tribunal de Contas parece que não desautoriza, ele indica que seja pago em uma outra conta? Os servidores não foram demitidos? A escola continua aberta para eles? E o pagamento, vem de onde? Túlio, Dr. Roberto apresenta a discussão da ESMIG como se tivesse ocorrido com muita tranqüilidade. Isto não é verdade. A partir de maio/95 a ESMIG passou a viver uma situação dramática do ponto de vista das relações com a FUNED à partir de iniciativas que vinham da Superintendência que questionavam a todo tempo a ESMIG. Tentaram em todo o momento paralisar as atividades. Os professores conseguiram levar a Escola, em plena atividade até dezembro graças à combatividade da Dra. Mariana, que lutou por isso, à coesão da equipe interna que não abriu mão dos seus projetos, trabalhando com esforço inclusive pessoal. Mas, infelizmente no mês de férias, onde a maioria das pessoas não estavam na Escola, inclusive a diretora, foi tomada a decisão de excluir da Escola os professores designados e a decisão de não enquadrar na FUNED os profissionais da Secretaria Estadual de Saúde à disposição. Foi um desrespeito à direção e aos profissionais que ali trabalhavam com competência e dedicação. Esta é a verdade. Apesar disto, a Escola se mostrou em 1995 extremamente produtiva, conseguiu captar recursos próprios e encaminhar projetos. Porém, vários projetos foram inviabilizados porque a equipe que trabalha a questão do Controle Social foi na sua totalidade excuída da escola. O centro de extensão foi dissolvido. A história do SUS se confunde com a história da escola. Ela é uma aliada incondicional do SUS. Quando o Conselho Municipal de Saúde, em 1993, sentiu necessidade de capacitar conselheiros, propõe à escola um censo de capacitação para conselheiros que foi acolhida realizando cursos de conselheiros, não só em Belo Horizonte mas por muitas cidades no interior do Estado. Foram realizados mais de 30 cursos capacitando mais de 600 conselheiros em todo o Estado, inclusive um convênio com o Projeto Nordeste do Ministério de Saúde. E agora, tudo isso para onde vai? Nós temos que ser solidários à Escola, prezar o máximo essa instituição e não deixar que ela caia nas mãos de privatistas da saúde. A resolução desse

Conselho é madura e mostrou que o mesmo está vigilante, que este Conselho preza a ESMIG e é solidário com ela. O que nós queremos é uma Escola de Saúde que defenda incondicionalmente um Sistema de Saúde Pública, de qualidade, eficiente, com controle social e, este Conselho provou que preza a Escola e é solidário com ela ao aprovar a moção. Temistocles informa que este mesmo debate o Conselho Estadual de Saúde fará na segunda-feira, com os mesmos convidados. O Conselho Estadual tem preocupação com a situação ocorrida na ESMIG nos meses de dezembro/95 e janeiro/96. Enquanto diretoria do SindSaúde procuramos discutir com os trabalhadores da Escola e procuramos o superintendente de FUNED na tentativa de contornar esta situação e evitar que a ESMIG ficasse esvaziada de seus quadros. O Dr. Roberto em uma reunião com o Sindicato se comprometeu a resolver administrativamente a questão e, a notícia que tivemos na mesma semana, no mês de janeiro, é que a situação não havia sido resolvida. Existem mecanismos administrativos para a solução porém não há decisão política para resolver. Em outro setor, a diretoria de produção farmacêutica conseguiu articular mecanismos no mês de dezembro/95 para pagar a seus servidores valores superiores aos salários chamados abonos, prêmio de natal. Isto porque havia decisão política que, quando existe, cria-se mecanismos. O Sind-Saúde solicita o apoio do Conselho Municipal de Saúde para continuar o debate com a FUNED no Conselho Estadual para que a escola retome seus projetos mantendo os quadros que haviam. Ivan diz que sabemos que cursos na área técnica são abundantes e diversos por determinação do mercado que valoriza determinadas áreas e conseqüentemente, temos uma oferta muito grande de formação nestas áreas. Infelizmente, na formação de recursos humanos para o SUS, recursos humanos para a Vigilância Epidemiológica, na área de informação em saúde, nas múltiplas áreas de saúde pública não temos muito porque o mercado não dá o devido valor. Por isto, a atuação da ESMIG é imprescindível, é de vital importância para a sobrevivência do SUS e o que nós temos visto é que os profissionais com formação em saúde pública demoram anos e anos para se formarem. No caso de ESMIG tivemos vários profissionais que foram assessores internacionais e de várias outras organizações que levaram muito tempo para se formarem nessa área. Me preocupa que a ESMIG possa ficar sem esses raros profissionais com esse nível de formação. Sabemos que, quando há decisão política se viabiliza juridicamente, sem ferir a lei, dentro do limite ético resolver estas questões. Apelamos a FUNED que reconsidere a importância do destino natural do trabalho que a ESMIG vem prestando ao longo dos anos e da importância de se manter a formação de recursos humanos para o SUS, porque para as outras áreas de atuação, nós temos milhares de possibilidades, mas em saúde pública a perda da ESMIG é difícil de ser reparada pelo serviço público. Dr. Roberto comunica que precisa sair para um compromisso. Jader propõe primeira rodada de respostas para liberar o Dr. Roberto, conforme tradição do Conselho. A plenária solicita que mais

conselheiros se expressem antes das respostas da mesa. Senhor Antônio da Vila Pinho se coloca pesaroso pelo fechamento da ESMIG, uma vez que ele próprio e demais companheiros do Barreiro fizeram o cursos de formação de conselheiros na ESMIG. Pergunta às autoridades como ficará a formação dos quadros de profissionais? A educação em geral está um caos. Solicita às autoridades não permitirem prejuízos à educação. Rosane: tem uma história de trabalho na formação de conselhos, de trabalho junto a esse conselho e, poderia dizer que está tranqüila para falar, porém isso seria mera formalidade, não traduzindo a realidade. O que está acontecendo mobiliza muito pessoalmente e, esta mobilização não é só por uma questão de ajuste interno, como Dr. Roberto coloca: a questão de uma derrota que estamos assumindo aqui, não é só a derrota de uma questão administrativa, mas sim, da derrota de um projeto político. Por isto, a emoção aflora. Brigamos durante o ano inteiro para viabilizar um tipo de projeto e perdemos. Estamos aqui para compartilhar tudo isto com o Conselho. Não que tenhamos perdido a batalha, teremos outros fóruns em que estes dois projetos estarão novamente se debatendo. De um lado os que têm compromisso com a saúde pública, SUS, democratização, controle social e de outro lado algum que trabalham a questão da corporação, da privatização e de outros interesses. Só para se perceber como esta é uma questão de diferenças entre projetos, podemos pegar algumas contradições que aconteceram em relação a esse feito. Por exemplo o Dr. Roberto diz que era uma questão da reforma do estado, de corte de pessoal. Diz também que é uma questão de ajustes administrativos internos, que é uma questão de legalidade. A legalidade: alguns pontos dependiam de uma postura pessoal do Dr. Roberto como por exemplo a criação do cargo de professor da escola. Isso não aconteceu. Foi levantado para a FUNED em outubro/95 e não aconteceu. O pagamento na rubrica de serviços pessoais e não na rubrica de pessoal: no governo do Estado, toda a área de Educação, que tem a prerrogativa legal, está na lei estadual, de designar professor, os mesmos são pagos como pessoal. Eu pergunto ao Dr. Roberto se ele chama de ilegal o ato ? que foi quem implantou esse tipo de possibilidade e que até hoje continua em vigência? A questão que o Dr. Ivan levantou de que a legalidade é uma questão política, esse Conselho também é testemunha disto. Complementação de pessoal é ilegal, esse Conselho e Belo Horizonte foi um dos primeiros municípios do Estado a complementar pessoal de outro nível de governo. Isso mostra que a questão não é de instrumento jurídico apenas. Descobrimos nesse período que a lei não tem uma leitura gramatical. A lei tem uma leitura política. Esses são os acontecimentos. Não está tranqüila, assume perante o Conselho que perderam uma disputa por projeto. Perdemos na Escola no final de 1995. Foi demitida dia 28/12/95. Não fui chamada de volta. Não é verdade que fomos chamados de volta, e até escutou que o Dr. Roberto teria dito que esses professores nunca pisariam na ESMIG enquanto ele for o superintendente de FUNED. Garcia - a

discussão está sendo pequena. Nossa discussão deveria ser com o Secretário Estadual que é terrível, faz inclusive “mutreta” conosco em Venda Nova, um homem que não tem a mínima palavra. Queria registrar em ata a presença do vereador José Brasil, mesmo não sabendo se, neste momento, ele está aqui como vereador ou como conselheiro. O Dr. Roberto diz que a admissão no serviço público só com concurso. Gostaria de saber se cientista, médico, pesquisador, enfermeira, se tem diploma, para que concurso? No entanto, nossa cidade passou a ser uma cidade dos terceiros porque não contrata pessoal para trabalhar nos serviços de saúde sem concursos? Trazemos um cientista da Europa e ele precisa fazer concurso para trabalhar aqui conosco? É necessário estudar uma maneira para superar esse tipo de contradição. Colocam tanto assessor em todos os lugares, conhece um superintendente que tem cerca de 15 assessores, cada um tem um automóvel e por aí afora. Gostaria de aproveitar a oportunidade para que a Mesa Diretora convidasse o deputado Sérgio Miranda para falar sobre a verba no orçamento de 1996, para terminar o pronto-socorro de Venda Nova. Jader: conforme acordado com a plenária cada componente da mesa terá 3 minutos de fala, retornando, logo após o plenário. Dr. Roberto: o que a lei manda pagar como administrador da FUNED ao pessoal em disponibilidade é o salário de origem. Infelizmente o salário de origem no Estado hoje é muito ruim, de modo que, junto com a diretora da Escola, Dra. Eunice e junto a outros setores da Fundação, estamos buscando alternativas para complementar legalmente o salário do pessoal. Isso nem sempre é fácil do ponto de vista jurídico. O senhor Túlio incorreu em inverdades ou desconhece fatos colocados anteriormente. Durante o ano de 1995 tínhamos cinco diretores na FUNED trabalhando com a superintendência. Teve que se ausentar, a trabalho, por três vezes. Curiosamente, por questões de ordem pessoal inclusive de confiança, a substituição foi exercida pela Dra. Mariana. Durante todo o ano de 1995, ambos tentaram resolver este problema. Em todo momento estava preocupado com a resolução do problema, assim como as dezenas de problemas que a FUNED tinha desde que esta gestão foi iniciada. Estão falando em fechamento da ESMIG. Pede a Dra. Eunice que esclareça de vez que a Escola não está paralisada. A ESMIG este ano deverá alcançar 700 municípios de Minas Gerais e pede para que a Dra. Eunice fale sobre os projetos. A Escola continua, nunca fechou. Foi colocado que, quando se tem vontade política se consegue as coisas. Um problema sério encontrado na FUNED foi uma terrível distorção salarial. 28% do pessoal (1/3) da Fundação ganhará 72% da folha salarial. A tabela de ciência e tecnologia é extremamente injusta porque tem 37 níveis salariais diferentes. A primeira preocupação foi quando puder dar aumento através do governo, pois não há condições legais, mesmo sendo fundação, de dar aumento muito mais significativo para quem ganha até 800 reais e o pessoal acima, ainda não teve nenhum aumento. O pessoal da fábrica ganhava 150, 180 reais. O que foi feito, através de um plano emergencial, legal, foi proporcionar ao

peçoal da fábrica uma pequena melhora salarial. O mesmo aconteceu também com o peçoal da produção, imunobiológicos por aumentarem a produção acima da meta estabelecida. Isto também foi autorizado legalmente pelo CEPE e pelo Estado. Além disso, por portaria, foi nomeada uma comissão de servidores que deverá fazer um plano de produtividade para a FUNED, para que, com recursos próprios, se possa melhorar as condições salariais do peçoal. A Dra. Rosane não disse a verdade. Eu não sou dado a fofocas. Uma das 15 questões trabalhadas, assim que ocorreu a posse da Dra. Eunice na ESMIG foi discutir junto com o auditor e setor jurídico possibilidades para se resolver o problema salarial e convidar oficialmente, os professores para permanecerem. Parece que isto ainda continua em andamento. Peço a Dra. Eunice para esclarecer. A constituição é clara. O acesso ao serviço público, só com concurso público, para que todo cidadão, independente de ser pobre ou rico, possa ter condições de ter acesso ao serviço público. Quanto à questão de pagamento de professor, não se pode pagar professor designado na “31-11”. preocupado com essa acertiva, de que estes professores poderiam ser pagos na 31-11, porque os professores da rede estadual o são, na tentativa de resolver o problema, procurou-se o conselheiro do tribunal de Contas e o mesmo foi claro: se os professores pertencem ao quadro da FUNED a admissão é feita através de contratação 32-11 e não 31-11. Pede à Dra. Eunice, atual diretora que complemente essas informações, porque terá que sair da reunião. A plenária protesta contra a saída do Dr. Roberto. Jader diz que vamos dar continuidade ao debate apesar da ausência do Dr. Roberto. Dra. Eunice se sente constrangida nesse momento em que se questiona o fechamento da ESMIG. Vereador José Brasil solicita questão de ordem e tumultua a reunião. Invade a mesa. Jader suspende temporariamente a plenária até que todos estejam nos seus receptivos lugares. Existem pessoas inscritas, todos deverão falar e a mesa pede colaboração de todos. Não há condições de continuar. A Dra. Eunice foi desrespeitada no momento de sua fala. Dr. César: vamos continuar com os trabalhos do Conselho, que sempre se pautou pelo respeito democrático. Vamos falar uma pessoa de cada vez. A pauta está longa e temos muito trabalho pela frente. Pede que a plenária respeite o momento de fala das pessoas. Jader retorna os trabalhos do ponto em que a plenária foi suspensa e nomeia as pessoas que estão inscritas para falar. Dra. Eunice defende a Escola que é a mesma que sempre foi. O projeto da Escola que é defendido no momento é o mesmo projeto do grupo que saiu. A ESMIG conta hoje com professores do mesmo gabarito dos colegas que foram afastados. São pessoas de expressão nacional e até internacional compondo diversos núcleos que desenvolvem cursos à partir de demandas vindas de diversos municípios de Minas Gerais, além do centro formador que desenvolve trabalhos junto ao peçoal de nível médio e elementar em todo o Estado. Temos diversos projetos junto à Secretaria de Saúde do Estado, o núcleo de epidemiologia desenvolve projeto com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo

Horizonte e tínhamos o projeto de assessoria para a V Conferência Municipal de Saúde que foi interrompido com a saída desses professores que estavam na coordenação dessa atividade junto com a Secretaria Municipal. A ESMIG participa e enfatiza a realidade da Escola para mostrar que a mesma, de fato, continua trabalhando, em pleno funcionamento, lamentando a ausência desses profissionais que saíram, muitos dos quais já foram convocados a retornar à Escola. Estudos no sentido de recomposição salarial e do contrato desses professores que antes eram designados estão em andamento, principalmente, tentando repetir na FUNED o que é feito na Fundação João Pinheiro que é um grande cadastro de professores fazendo o possível para contratar legalmente, por licitação, esses professores à medida da necessidade. Portanto, a ESMIG não perdeu seu comprometimento com o serviço. Coloca-se à disposição do Conselho para discutir a situação da ESMIG hoje. Dra. Mariana concorda com Dra. Eunice, a ESMIG não está fechada. Houve perda de cerca de 15 técnicos de nível superior e a permanência de 10 técnicos do quadro da FUNED dentro da ESMIG. A Escola tem alguns projetos 100% inviabilizados e alguns projetos com um percentual menor de execução. Um documento foi elaborado, entregue às autoridades, discriminando o nível das perdas de capacidade de trabalho da ESMIG devido a ausência desses profissionais. Coloca todas as informações e documentos à disposição do Conselho. Se vê forçada a contrapor o Dr. Roberto quando o mesmo coloca que a maior preocupação é o elemento de despesa onde será colocada essa despesa. A questão mais importante é que pessoas fazendo que trabalho, para que projeto, para que política de saúde. O elemento de despesa é um comportamento contábil, cabendo aos profissionais da área discutirem qual o elemento indicado. Não é uma questão relevante e ou prioritária. O Tribunal de Contas também aponta uma questão fundamental, que não foi mostrado pelo Dr. Roberto, que é a possibilidade de que a ESMIG se utilize do mecanismo de designação de professores. Sugere a ele que na próxima apresentação inclua esse ponto no seu material audiovisual - item I da resposta do Tribunal de Contas (lê o item). O concurso público é uma iniciativa democrática para o ingresso no setor público de qualquer ordem. No entanto, é preceito constitucional e no Regime Jurídico Único, há uma abertura que é exatamente para o caso do magistério, onde existe uma exceção para as escolas públicas estaduais para designação de professores, exatamente utilizado pela ESMIG. Utiliza sob orientação, em 1991, do assessor jurídico da Secretaria de Administração de Recursos Humanos de Minas Gerais e a aprovação dessa designação é feita pela Secretaria da Fazenda, inclusive o procedimento de que o pagamento dos professores designados fosse feita com Recursos do Tesouro é de 1993. Esses professores foram designados dentro do espírito público, legítimo e legal. Em relação à proibição do pagamento dos professores em disposição com ônus para a FUNED procuramos assessoria do governo para assuntos sindicais que nos deu um

parecer autorizando essa prática. Esse parecer foi encaminhado ao superintendente. No mínimo há, portanto, dois pareceres contraditórios. Além disso, toda essa proibição não é feita em procedimentos infra-legais ou seja, despacho normativo é extremamente circunstancial e casual, podendo ser facilmente substituído. Dentro da vontade política, dentro da decisão do governo as questões que são infra-constitucionais têm solução. A solução foi apresentada e entregue à direção da FUNED. Para tudo que foi considerado como irregularidade foi apresentada uma solução legal, no ano de 1995. Porém, ao retornar do período de férias em janeiro/96 encontrou os profissionais demitidos, pois foi rompido o elo de pagamento. Apesar disto, todos continuaram trabalhando aguardando o retorno das férias. Tentou-se buscar solução e alternativas junto ao Dr. Roberto e as mesmas não foram encontradas. Outro ponto instigante: os professores foram demitidos em 28/12/95 e o parecer citado pelo Dr. Roberto é de 17/01/96. Durante todo esse tempo na direção da ESMIG jamais foi aceito repasses financeiros da escola para instituições privadas, não foi aceito repassar recursos da ESMIG para execução financeira pela Faculdade de Ciências Médicas por acharmos que denegriria a imagem do Secretário Estadual de saúde que não necessita desse tipo de prática. O projeto da ESMIG cabe dentro da lei, pois a norma permite a contratação, a designação e a complementação dos salários desses profissionais. Lídia resgata experiência pessoal de quando esteve lotada na ESMIG num projeto de curso de supervisão hospitalar, em 1992. Os destinos da ESMIG hoje nesse processo de implantação do SUS não deve ser apenas definido e discutido como foi historicamente, num outro momento do Sistema Único de Saúde pela Secretaria de Estado da Saúde e pelo Conselho Estadual porque hoje as obrigações legais colocadas ao município não podem significar uma pulverização do ponto de vista do ensino e da pesquisa. Hoje deveríamos ter uma proposta mais acabada para a Conferência Estadual no sentido de que a ESMIG tivesse um tipo de Conselho curador próprio que incorporasse os municípios nas suas necessidades de formação de ensino e de pesquisa. Esse momento deve significar para todos uma responsabilidade enquanto Conselho Municipal de formular uma proposta à Conferência Estadual de incorporação na Escola de outros mecanismos de decisão e de definição dos seus rumos. O serviço deve ter um projeto claro, objetivo e definido, uma linha política estabelecida local de formação deve incorporar todas as tendências e correntes de pensamento, por ser o local de formulação e de debate, tem que ser democrático. As escolas têm que incorporar projetos diferenciados mesmo que conflitantes, porque é só assim que a ciência caminha. Só temos a lamentar o processo ocorrido, mas essa discussão não pode se encerrar aqui, nesse momento, precisamos ter uma proposta na área do ensino e pesquisa na saúde para que não corra o risco de sair município por município criando seu próprio centro formador. Paulão diz que temos de trabalhar no sentido de sairmos fortalecidos na V Conferência Municipal de saúde,

fazendo uma boa preparação para estarmos participando da Conferencia Estadual porque este Conselho é referencia a nível nacional. Preocupa com questões que vão de encontro a nos puxar para uma ciranda de desmobilização, de desqualificação do Conselho Municipal de Saúde, das lideranças. Não podemos entrar de democracia. Em relação à ESMIG são lamentáveis os fatos aqui relatados. O que percebemos que profissionais que acumularam experiências na escola que passam essa experiência para a população foram dispensados. Mesmo que se contrate mais profissionais não vai adiantar. O que queremos é qualidade e não quantidade e ainda, qualidade com seriedade porque é certo que esses profissionais tem seriedade, o que não condiz com essa política que aí está. Quem trabalha neste país com seriedade vai para a rua, é podado. Não podemos deixar que esta questão da ESMIG se esgote aqui. Estão sucateando a educação. Estamos perdendo a força trabalhadora da área de saúde. O Conselho Municipal precisa estar fazendo alguma coisa. A situação é inaceitável. José Brasil se coloca juntamente com o vereador Tomás da Matta Machado e deputado Sérgio Miranda, elaborador da lei que cria o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, lamenta falar após os incidentes ocorridos momentos atrás. Solicita à Mesa Diretora que mantenha o respeito na reunião do Conselho. Nós temos para o controle das contas públicas o Tribunal de Contas. O Dr. Roberto colocou o parecer do Tribunal em partes. Seria preciso que mostrasse o documento como um todo para que se tenha compreensão total do teor. Entende que se os fatos estão dentro da lei é preciso lutar pela sua execução. Se a lei está errada temos que mudar a lei. Mas, ser contra a lei criaremos um estado de direito que não se defende. Sabemos que, se o Estado quisesse manter esses professores ele manteria. Tanto que a Fundação João Pinheiro contrata assessores a 6.000 reais que nem faziam parte do quadro. Porém, devemos aceitar que a ESMIG faz parte dos órgãos da Secretaria do Estado e temos um governador eleito que tem direito de implementar seu programa. Acredito que seria melhor se tivéssemos opções. Lamenta que conselheiros questionem o concurso público. Cléber é habituado aos debates e pertence a mais de 10 instituições profissionais e acredita que o debate criou imagens conflitantes que não correspondem à verdade. O Conselho é extremamente democrático e participativo e muitos municípios deveriam ter um conselho com esse interesse e essa vontade de fazer prevalecer a vontade popular. A FUNED é uma instituição altamente democrática, embora os professores presentes digam que não. Temos cerca de 400 profissionais que participam das decisões. Elogia a competência dos profissionais que agora deixam a FUNED tanto por seu comportamento ético como por sua capacitação técnico-científica, certamente vão fazer falta. Propõe um seminário na ESMIG convidando todos os segmentos onde cada um possa levar sua contribuição para a linha filosófica e temática da FUNED. Coloca sobre as dificuldades na quebra dos laços de relação afetiva provocando algumas injustiças. A

FUNED não vai acabar sem a Dra. Mariana. Ela sai mas a FUNED continua, continua a 89 anos e vai continuar por muitos anos porque é da sociedade. A Dra. Eunice em nada deve em relação à capacidade e inteligência na produção de trabalho para a sociedade. Convida o Conselho para visitar a FUNED ao invés de ficar escutando argumentos verbais, conflitantes, muitas vezes ideológicos e, em cada setor poderá ser perguntado sobre as ações da FUNED. Boaventura - O respeito todos merecem e considera falta de respeito a saída do Dr. Roberto. Propõe ao Conselho a compra de “lustre-móveis” para os administradores públicos. Infelizmente, quando estão no palanque se propõem a resolver tudo e, quando assumem o poder é outra coisa. O que está acontecendo na ESMIG é um pequeno exemplo do que quer fazer o senhor FHC e senhor Eduardo Azeredo. Destruir o serviço público do país e a população sabe dessas intenções. O senhor Rafael Guerra foi administrador de hospitais em Belo Horizonte, destruiu o Hospital São José e quer destruir a saúde pública, pois sequer respeita o fundo municipal de Belo Horizonte, sequer respeita o Conselho Municipal. O que está acontecendo na ESMIG não vai parar por aí. Cabe à sociedade reagir contra isso. João Athaide diz que a questão que se coloca não é somente em relação à ESMIG mas é uma questão global. Qual é o papel do Estado na sociedade? Sabemos que o Estado não representa o conjunto da sociedade que se encontra cada vez mais marginalizada. Entendemos que o SUS é fruto da organização das massas para que o direito à saúde fosse conquistado. O que se coloca hoje é a intervenção do Estado no social, o abandono do Estado da condição de defensor do povo. Considera importante a manutenção do estado de direito tem que ser preservada. Foi importante a intervenção da Mesa. Queríamos que o representante do povo estivesse aqui em todas as reuniões, independente de ser da área da saúde na Câmara Municipal. Ele deveria estar aqui para saber o que os representantes dos usuários estão discutindo, essa é a obrigação dele e não ditatorialmente querer intervir no Conselho. Jader relembra seus cursos de especialização realizados na ESMIG. Com pesar verificamos que a ESMIG perde com a saída desses professores. Isso é inegável. Poderiam ser mantidos, sem dúvida. Sabemos que este fato se insere num contexto mais amplo, de destruição do estado, de Estado mínimo. Propaganda por um lado e destruição por outro. A saúde e a educação são os mais prejudicados e, dinheiro é para banqueiro. esta é a política no Brasil. Últimas considerações dos participantes da Mesa. Dr. Cleber agradece a oportunidade do Conselho em ouvir a decisão do Colegiado da FUNED e tem certeza do crescimento dos conselheiros com o mesmo. Se coloca à disposição do Conselho para maiores esclarecimentos. Dra. Eunice acredita que o debate foi cansativo e espera ter contribuído para o esclarecimento dos fatos. A ESMIG estará sempre pronta a receber o Conselho em suas instalações e pronta a trabalhar em conjunto com esse Conselho. Espera poder reverter a imagem que o Conselho fez da ESMIG mostrando que a mesma continua

funcionando. Firma o convite para uma visita do Conselho à ESMIG. Dra. Mariana agradece o convite e parabeniza o Conselho pela iniciativa. Espera ter contribuído para deixar claro a existência de uma polêmica. Não acredita que tenha chance de continuar participando dos debates por ter saído da direção da escola e está em gozo de licença prêmio. Coloca seu esforço e da equipe em desenvolver os trabalhos no ano de 1995 e acrescenta que os projetos que ainda concorda com seu envolvimento emocional com a ESMIG do qual agora precisa se libertar. Porém, tentou ao máximo manter a elegância durante o decorrer dos fatos, se desculpa se ofendeu alguém. Jader agradece os convidados. Boaventura propõe que o Conselho reafirme a moção de repúdio. Jader lê a moção, moção mantida. Próximo ponto da pauta - PRO-SUS. Câmara Técnica de Recursos Humanos apresenta parecer. Warlene coloca as etapas do trabalho para elaboração do parecer, conclusão do parecer: favorável à aprovação do PRO-SUS por se tratar de um projeto de melhoria da qualidade do atendimento e para melhor organização dos serviços e devemos nos empenhar pela aprovação do mesmo da Câmara Municipal. Porém, existem alguns pontos discordantes e os mesmos deverão ser amplamente discutidos com toda a rede para a regulamentação do projeto, a maneira como vai ser implantado na rede. Deverá haver uma regulamentação única para a rede e para o HOB. Não há concordância em relação à periodicidade colocada para a Secretaria e o HOB. Os valores a serem recebidos devem ser únicos. Os indicadores que ainda estão sendo construídos devem ser discutidos com todos os trabalhadores da rede. Fátima diz que gostaria de ver a regulamentação da Secretaria. A Câmara Técnica aprovou o projeto mas, o regulamento deve ser conhecido. Reforça para que o tratamento não seja diferenciado entre os trabalhadores da Secretaria e do HOB. Warlene informa que o Comitê de Gestão, formado pela Secretaria e pelo Conselho, que irá fazer este regulamento. Sugere que neste Comitê haja representantes dos trabalhadores. Lídia esclarece que o regulamento que a Secretaria propõe está no seu início. O projeto está sendo modificado e melhorando a cada vez. Entendemos que o Comitê de Gestão que irá elaborar os critérios, a metodologia, a periodicidade. O que não impede que a Secretaria tenha uma proposta a ser submetida ao Comitê. Pondera ser difícil discutir antes do Comitê instalado e antes da lei existir. Assim que a lei for aprovada o Comitê será instalado. A Secretaria está trabalhando com critérios de qualidade. Não interessa a questão de produtividade mas efetivamente a qualidade dos serviços. O Comitê de Gestão instalado tem obrigação de imediatamente construir a portaria que o Secretário vai assinar. Ivan diz que em relação da conselheira Magali no início da reunião, informa que no HOB existem 10 urnas para que as pessoas coloquem suas reclamações e sugestões, e quando são colocados os endereços o hospital sistematicamente responde. Pede que a reclamante se comunique com o chefe de cirurgia para formalizar a reclamação e prontamente será sanado o problema. Sobre o

PRO-SUS - desde meados de 93 o assunto é discutido com o corpo clínico, funcionários, setores do HOB. Desde junho de 1995 havia uma proposta trazida pela mesa de negociação que tem representantes eleitos de todos os setores do hospital e participação de sindicatos. Portanto, não é uma proposta da direção do hospital e sim de mesa de negociação. Adélia diz da questão de ordem prática, o parecer da Câmara Técnica é favorável ao projeto, mas faz uma série de observações. Pessoalmente, não há segurança para votar um parecer com tantas observações. Essas observações iriam como recomendações? Essas recomendações poderão ou não ser aceitas? A Câmara teve mais acesso a informações, há confiança no trabalho da mesa, mas fica difícil posicionar nestas condições. Geraldo Carvalho vota-se um projeto por etapas? Coloca-se tudo no projeto para se ter clareza no que estamos votando. Boaventura se posiciona contrário ao projeto. A Secretaria encaminha o projeto à Câmara Municipal sem que o Conselho o aprovasse. O que está de fato na melhoria das condições dos serviços não é o incentivo. Temos que discutir as condições de trabalho oferecidas hoje, qual o número de terceirizados. O Conselho deve fazer esta discussão. Não adianta querer votar sem esse tipo de discussão. é um crime os conselheiros votarem esse projeto sem chamar os representantes dos trabalhadores para debater conosco. Propõe convocar os trabalhadores para discussão e depois votar. Dr. César está convencido da importância desse projeto para os trabalhadores. Receia que a discussão se alongue e o tempo passe. O que está escrito precisa ser aprovado. Se há incompreensão é necessário marcar uma reunião extraordinária para maior discussão. O projeto foi encaminhado à Câmara Municipal para aguardar prioridade. Os gerentes já estão discutindo e tudo está no projeto a regulamentação será amplamente discutida. Podemos protelar mais uma vez mas corremos o risco de não aplicar esta lei neste ano. Sugere aprovar o conteúdo do projeto assumindo o compromisso de ter a presença do Comitê Central que irá ditar as regras que serão aprovados pelo Conselho. Warlene reforça a posição pessoal de que o Conselho vote favoravelmente agora. A discussão de regulamentação será aberta. Fátima lê o artigo III do projeto e solicita esclarecimento. Dessa forma, pessoalmente é contra o projeto. Paulão sugere apoiar e acertar o projeto com as observações feitas e que as mesmas sejam discutidas e definidas pelo Comitê e acredita que o Conselho terá a oportunidade de participar e votar. Jader apresenta a proposta do Dr. César que modifica a redação do artigo III incluindo o HOB no Comitê de Gestão. Única proposta apresentada. Lídia diz que é possível o Conselho formular para o artigo III uma outra redação instituindo a criação de um Comitê de Gestão Central para todas as unidades participantes do Sistema Municipal de Saúde e, garantir também neste artigo a criação de sub-comitês que vão fazer avaliação. O Conselho definindo essas mudanças, a Câmara Técnica poderia fazer essa elaboração em conjunto com a Secretaria e fosse encaminhado a algum vereador da Comissão de Saúde da Câmara para que ele pudesse

propor as modificações sugeridas. Que a Mesa Diretora solicite uma reunião com a Comissão de Saúde da Câmara e leve a Comissão de saúde a assumir o projeto inclusive com as mudanças propostas pelo Conselho. Que tudo seja feito de forma muito transparente. Boaventura propõe não votar o projeto, que seja marcada uma reunião, com a presença dos trabalhadores para maior discussão do projeto. Jader coloca em votação a proposta 1: adiar a votação, proposta 2: não adiar a votação. Aprovada a proposta 2. Em votação: proposta 1: aprova o projeto com as mudanças sugeridas pelo Dr. César; proposta 2: não aprova o projeto; Aprovada com 15 votos a proposta 1, 4 abstenções, 4 declarações de voto. Boaventura diz que o Conselho está passando por cima de interesses de pessoas que não estão aqui representadas . Absteve-se por esse motivo. Nós precisamos ficar de olhos abertos para essa questão. São 18:45 horas, todos cansados e tomando decisão de votar um projeto de grande importância envolvendo milhares de pessoas. Considera uma falta de responsabilidade da parte do Conselho. Garcia diz que convocar trabalhadores não adianta. Quando são convidados nos sindicatos ninguém aparece. Nós também somos representantes dos trabalhadores. É aposentado e represento os trabalhadores de Venda Nova. Não sejamos demagogos. Fátima cobra do Conselho a mesma coerência que ela teve desde o primeiro dia de discussão do projeto quando se colocou contra o mesmo e as razões para fazê-lo. Trabalhou na Câmara Técnica para que houvesse bom entendimento e a mesma não decidiu o que foi aprovado aqui hoje. A Câmara Técnica estava confusa e para ser bem justa a mesma mudou de posição ao chegar ao plenário. Tínhamos ainda uma reunião com a Secretaria para esclarecimentos. Precisamos aprender a ser coerentes. Isso é dinheiro que não é só nosso mas de toda a população. Esse é um Conselho respeitado e estamos brigando por muita coisa aprovada aqui. A Câmara Técnica não estava suficientemente esclarecida para aprovar e nós todos aprovamos mais de 6 milhões de reais para pagar incentivo. Jader votou segundo orientação tirada em deliberação da diretoria do Sindicato dos Médicos e da assembléia dos trabalhadores médicos de ontem à noite. Plenária questiona declaração de voto para quem votou favoravelmente. Jader submete ao Conselho como encaminhar os demais itens de pauta dado o adiantado da hora. 1- Parecer da Câmara Técnica de Financiamento no período de agosto a outubro/95; 2- Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde; 3- V Conferência Municipal de Saúde. Propostas de encaminhamento: Jader - A Câmara Técnica recebeu nesta semana a prestação de contas referente a janeiro a dezembro/95. Propõe que este relatório seja distribuído aos conselheiros e que a Câmara Técnica trabalhe em caráter emergencial para que elabore o parecer a ser votado no próximo dia 14 na reunião extraordinária. Lídia propõe a votação na outra semana porque na última Câmara Técnica foi apresentada a prestação de contas do Fundo do ano de 1995. A preocupação nesta reunião era saber se a metodologia do relatório estava de acordo com a resolução

tomada pelo Conselho no dia 01 ou 02 de fevereiro deste ano. Do ponto de vista da metodologia o relatório está correto, porém, tanto os conselheiros quanto o gabinete teve acesso ao relatório naquele momento. Neste aspecto existem duas tabelas que após alguns pagamentos nós já podemos melhorar estas tabelas para que possamos ter um relatório oficial da Secretaria ao Conselho. A Câmara Técnica trabalharia o parecer com maior tempo e daqui a 15 dias discutiria esse ponto e os outros dois: o relatório de gestão até setembro e a V Conferência. Orivaldo reforça as colocações da Lídia. esclarece sobre a forma que a Câmara tem trabalhado a questão financeira e a facilidade que o próximo Conselho terá na elaboração dos pareceres com a nova formatação do Relatório. Olival denuncia falha cometida pela Mesa ao encaminhar aos conselheiros 1 convocação com descrição da pauta da reunião de hoje e, uma segunda convocação onde estaca escrito somente a palavra ESMIG, sem maiores explicações, o que não estava de acordo com a importância das discussões ocorridas. Durante a discussão de hoje houve um comportamento inadequado. Há que ter um decoro e considera ter havido falta deste decoro. Quero propor à Mesa que estude uma maneira, um procedimento que venha coibir tais comportamentos. Com relação ao assunto discutido no momento ele está pautado como 3º. item que por ordem seria 1º. Após horas de discussão com o plenário esvaziado aprovar contas não é conveniente. Propõe adiar o restante da pauta. Bonifácio solicita cópia das transparências apresentadas pelo Dr. César. Jader lembra ao plenário que teremos reuniões extraordinárias duas vezes seguidas, no dia 14: Fundo Municipal de Saúde e sua aplicação; dia 21: aprovada anteriormente: 1- avaliação do Conselho Municipal de saúde; 2- avaliação da Secretaria Municipal de Saúde; 3- Aprovação das contas da Secretaria Municipal de Saúde. Maria de Lourdes preocupa-se com o fato do Conselho ficar se reunindo não cumprindo as pautas. A avaliação do Conselho deve ser feita na V Conferência através das Conferências Distritais de Saúde. Façamos uma reunião onde fosse discutida a questão financeira e encerrasse os trabalhos do Conselho. Lídia pede esclarecimento sobre a pauta da próxima semana. Em primeiro lugar este Conselho aprovou uma determinação de aplicação orçamentária para o ano de 1996, votado em setembro/95. Gostaria de entender se na próxima reunião está aberta nova discussão sobre os 40 milhões. Em 2º. lugar gostaria de verificar qual é a Câmara Técnica responsável pelo parecer do Relatório de Gestão. Jader diz que continuaram a sair matérias na imprensa de autoridades municipais querendo discutir o Fundo Municipal de Saúde. Uma dessas notas, inclusive, do senhor Prefeito onde afirma que vai apresentar uma proposta de utilização do Fundo. Nós então estamos nos adiantando e o senhor Prefeito será convidado a comparecer para fazer a proposta. Câmara Técnica responsável pelo parecer do Relatório de Gestão não discutido. Ivan, dada a exaustão física e intelectual, sugere encerrar a reunião e, na próxima plenária iniciar com parecer sobre Relatório de



Gestão, quem é responsável? Sugestão aprovado por unanimidade dos presentes. Senhor Antônio da Vila Pinho felicita as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.